

PORANTIM

ISSN 0102-0625

Em defesa da causa indígena

Ano XXXV • Nº 344 • Brasília-DF • Abril 2012 – R\$ 5,00



PATAXÓ HÃ-HÃ-HÃE

Na luta e na Justiça: Abaixo as cercas malditas!

Em três horas de julgamento, ministros do STF votam pela nulidade dos títulos imobiliários dos invasores da Terra Indígena Caramuru-Catarina Paraguaçu, na Bahia. Foram 30 anos de espera. Decisão ocorre após comunidade, em poucos meses, retomar 95% da área que seguia nas mãos dos invasores. Vitória no Supremo e opção pelas retomadas representam um marco na luta pelo direito à ocupação da terra tradicional no país. Páginas 8 e 9



**MORTOS NO PARAÍSO, PARTE 2:
A vida dos indígenas do
Alto Purus**

Páginas 10 e 11

**Povo Awá-Guajá, Maranhão: mais uma
campanha contra o extermínio. Até quando?**

Página 7



**Cimi
40
anos**

Páginas 14 e 15

Levando a mensagem a Garcia^(*)

No segundo semestre de 2011, denúncias deram conta de que a presidenta Dilma Rousseff havia trazido para si a abertura de Grupos de Trabalho de identificação e demarcação de terras indígenas, obrigação por natureza da Funai. Este ano o jornal O Globo, em matéria publicada em 1º de maio, revela que a presidenta deixou de homologar seis terras demarcadas justificando que os procedimentos não tinham passado pelo Ministério de Minas e Energia. Outras quatro homologações Dilma decidiu fazer na Rio + 20, para inglês ver.

Com tais posturas, a presidenta opta pela contravenção e nas sombras da ilegalidade vampiriza o direito dos povos indígenas sobre a terra tradicional. O intuito: alimentar a construção de hidrelétricas, a exploração mineral e a abertura de estradas. Dilma encoraja iniciativas de banditismo estatal e garante o projeto do governo à base de irregularidades: as mais traumáticas talvez sejam o descumprimento dos procedimentos administrativos envolvendo terras indígenas, tal como reza o Decreto 1775/1996, e a violação sem precedentes da Constituição Federal.

O Ministério de Minas e Energia, bem como latifundiários e quem mais se sintam no direito podem questionar

a identificação e delimitação de uma terra indígena em até 90 dias depois de publicado o resumo do relatório circunstanciado no Diário Oficial da União e do estado federado, onde se localiza a terra. Dessa maneira, as terras que Dilma deixou de homologar já tinham passado pelo período de questionamento legal. Se ninguém o fez, ou se a Justiça não deferiu nenhum contraponto feito à demarcação, cabia a Dilma assinar a homologação. A presidenta preferiu a ilegalidade ao não cumprir com a lei a que o ato Executivo está submetido.

Durante a última edição do Fórum Social Temático, em Porto Alegre (RS), a presidenta deixou claro que o compromisso de seu governo é com a eficiência. De fato, isso é verdade: nunca se viu na história desse país tamanha eficiência em impor goela abaixo das comunidades os grandes empreendimentos em terras de ocupação tradicional gerando migrações forçadas, fome, exploração sexual, violência e perda do território garantido por lei. Em busca dessa eficiência malandra, Dilma preferiu não homologar as terras demarcadas.

A Terra Indígena Rio dos Índios, no Rio Grande do Sul, do povo Kaingang, está entre os seis territórios da lista

devolvida pela presidenta. A área incide na zona de impacto de hidrelétrica planejada para o rio Uruguai. Um golpe covarde nos direitos de comunidades que já sofreram as mais diversas violências no decorrer da história. Cabe ressaltar que a Convenção 169 se aplica aos indígenas da comunidade, mas o governo Dilma busca regulamentar a convenção sem o poder de veto das comunidades tradicionais afetadas, além de prazos curtos para o procedimento acontecer. Sem dúvida, com a terra homologada, o Palácio do Planalto e o Ministério de Minas e Energia teriam mais dificuldades – ou no mínimo constrangimentos – para cometer o delito.

Dilma transforma a cartilha do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na Constituição Federal de um país que cresce de forma estúpida, nivelando a todos como meros consumidores da eficiência capitalista, negando direitos a sociedades culturalmente diferenciadas e ampliando a força das elites conservadoras, que entenderam a importância de oferecer as migalhas do banquete aos mais pobres em pro do prato principal: as terras, as águas e as riquezas do subsolo. Custe o que custar.

^(*) Desempenhar missão difícil, enfrentando todos os obstáculos e perigos.



Moreira Mendes e a subjetividade

O deputado federal ruralista Moreira Mendes (PSD/RO) declarou que a definição da Funai para a demarcação das terras indígenas era subjetiva, mesmo reconhecendo como essencialmente técnica. Alegou que tal procedimento necessitava de juízo de conveniência e oportunidade, por isso a PEC 215 era essencial ao país. Mendes se perdeu no conceito de subjetividade. A dele, por sinal, é tamanha que já não cabe na própria fazenda.

Governo federal estimula o latifúndio, isso sim

Em relatório destinado ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, autoridades brasileiras afirmam que o governo federal tem criado políticas de estímulo à reforma agrária e à garantia dos direitos dos povos indígenas. O único estímulo do governo federal por trás dessa mentira é para o latifúndio, que tem todo incentivo do aliado Palácio do Planalto para atacar terras indígenas e a reforma agrária – tirada de pauta em alto e bom som pela própria presidenta.

Nelson Markezelli e a propriedade

O direito à propriedade é a espinha dorsal da Constituição e por isso ela vale mais que a vida humana. A conclusão é do deputado federal ruralista Nelson Markezelli (PTB/SP) ao analisar a PEC 438, a do Trabalho Escravo, que propõe a reforma agrária como punição para latifundiários que mantenham trabalhadores em situação análoga à escravidão. A interpretação é particular do deputado, pois o direito à vida se sobrepõe à propriedade. Porém, muitos são os deputados que pensam como Markezelli: será medo de perderem as propriedades?

MARIOSAN



PORANTIM
EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Edição fechada em 08/06/2012

Publicação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

ISSN 0102-0625

caritas

Na língua da nação indígena Sateré-Mawé, PORANTIM significa remo, arma, memória.

Dom Erwin Kräutler
Presidente do Cimi

Emília Altini
Vice-Presidente do Cimi

Cleber César Buzatto
Secretário Executivo do Cimi

Renato Santana
EDITOR - RP 57074/SP
Luana Luizy - Estagiária

CONSELHO DE REDAÇÃO

Antônio C. Queiroz, Benedito Prezia, Egon D. Heck, Nello Ruffaldi, Paulo Guimarães, Paulo Suess, Marcy Picanço, Saulo Feitosa, Roberto Liebgot, Elizabeth Amarante Rondon e Lúcia Helena Rangel

ADMINISTRAÇÃO:
Marline Dassoler Buzatto

SELEÇÃO DE FOTOS:
Aida Cruz

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA:
Licurgo S. Botelho
(61) 3034-6279

IMPRESSÃO:
Gráfica Teixeira
(61) 3336-4040

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:
SDS - Ed. Venâncio III, sala 310
CEP 70.393-902 - Brasília-DF

Tel: (61) 2106-1650
Fax: (61) 2106-1651

editor.porantim@cimi.org.br
www.cimi.org.br

Registro nº 4, Port. 48.920,
Cartório do 2º Ofício
de Registro Civil - Brasília

Faça sua assinatura pela internet:
adm.porantim@cimi.org.br

PREÇOS:

Ass. anual: R\$ 60,00
Ass. de apoio: R\$ 80,00
Ass. dois anos: R\$ 100,00
América latina: US\$ 40,00
Outros Países: US\$ 60,00

Os homens perderam o coração. Tornaram-se insensíveis

Dom Erwin Krätler

Presidente do Cimi e bispo da Prelazia do Xingu-PA

Há doze dias vivo a bordo do barco “Teresinha”. Estou visitando as comunidades do interior de Porto de Moz. Não há telefone e muito menos existe acesso à internet. Faz um bem enorme ficar de vez em quando sem essas comodidades. Tem-se a impressão de estar em outro planeta. Mas as pessoas queridas que encontro ao longo da viagem e que há décadas conheço e amo são a prova de que continuo no mesmo planeta Terra e na “minha terra” que é o Xingu.

A primeira vez que singrei as águas dos rios, furos e lagos de Porto de Moz foi em janeiro de 1968. Lembro os antepassados do povo que agora me abraça. Revejo em muitos rostos os traços dos avós. Antigamente as famílias trafegavam a remo. Hoje um motor “rabeta” diminui mais o tempo da viagem. Mesmo assim têm que enfrentar, às vezes por horas, um sol escaldante ou chuvas torrenciais.

O encontro comigo, como o bispo, segue sempre o mesmo esquema. Começa com abraços, cantos, poesias, salva de palmas. Um ambiente festivo e descontraído, sem formalidades, etiquetas e protocolos. Sinto-me em casa. “Vós todos sois irmãos” (Mt 23,8). Também o bispo é irmão! É nestas ocasiões que mais me realizo como pastor, no meio dessa gente que amo e que - eu sei disso - também me ama. Todo mundo se conhece. Essa é uma das mais belas características das Comunidades Eclesiais de Base. Não há estranhos.

Faço questão de primeiro ouvir o povo, escutar a sua história, ser informado a respeito de suas esperanças e angústias, avanços e derrotas. São coisas alegres, histórias pitorescas, “causos” que partilham comigo, mas também assuntos tristes, experiências dolorosas. Sempre me admiro que esse povo, apesar de viver uma vida dura e penosa, nunca perdeu a alegria. Sabe sorrir! Aliás, que sorriso límpido, espontâneo, cativante! Nada postiço, só para agradar o bispo.

Falam do salão comunitário que conseguiram construir, da capela que pintaram, das reuniões semanais, do culto dominical e da novena que não deixaram de celebrar. Revelam também problemas familiares. Alguém denuncia a invasão de geleiras para roubar o peixe, até na época da piracema. “Vem com malhadeiras de malha tão fina que nem alma passa” diz alguém. Outro relata com orgulho experiências que fazem com as Reservas Extrativistas comunitárias, mas reclama do IBAMA que cai em cima deles por causa de uma tartaruga que pegam, enquanto faz vistas grossas diante das geleiras, do escandaloso roubo de madeira, de desmatamentos e outras agressões ao



meio-ambiente, como por exemplo Belo Monte. “Aí dá até todas as licenças para acabar com o nosso Xingu”.

Passo, em seguida, do papel de ouvinte para entrevistado. Jovens e adultos me bombardeiam com perguntas de todo tipo. Assuntos internos da comunidade, do setor, da paróquia, mas também da “conjuntura” econômica e política. Em todas as comunidades, a pergunta principal é sobre Belo Monte. Querem saber detalhes, já que o bispo vem de Altamira, do centro do monstruoso projeto. “Bispo, será que ainda tem jeito de impedir essa desgraça? Ouvimos falar que estão tocando Belo Monte a todo vapor. Dizem que o governo já gastou muito dinheiro e assim certamente não dá mais para parar a obra. Que o senhor acha?”.

O que realmente devo responder a esse povo? Decido “abrir o verbo”, sem meias-palavras: “Verdade é que um rolo compressor está passando por cima de todos nós. A promessa que Lula pessoalmente me deu no dia 22 de julho de 2009, segurando-me no braço e afirmando “Não vou empurrar este projeto goela abaixo de quem quer que seja” foi pura mentira. Falou assim para “acalmar” o bispo e livrar-se deste incômodo religioso que recebeu em audiência. O governo empurra sim Belo Monte goela abaixo!

Altamira virou um caos em todos os sentidos. Nada do prometido saneamento básico, uma das condicionantes do IBAMA para dar licença para iniciar a obra! Não tem leito nos hospitais, não há vaga nas escolas, homicídios na ordem do dia, prostituição a céu aberto no centro da cidade. Os aluguéis de uma casa simples pularam de R\$ 300 para R\$ 2 mil. Os pre-

ços de alimentos triplicaram. O trânsito é uma calamidade. Acidentes a toda hora.

O que mais vou dizer? Fui várias vezes “ver” o canteiro de obras, quer dizer, queria ver, porque não me deixaram entrar, mas vi de longe os estragos já irrecuperáveis. Rezei missa com as comunidades ameaçadas de despejo. Os grandes fazendeiros receberam indenizações, mas o coitado do pequeno produtor não sabe o que vai ser dele e de sua família. Arrasaram com uma vila inteira: Santo Antônio. O pessoal da Norte Energia é para lá de arrogante. Se o colono não desocupa o seu sítio, a Justiça dá ordem de despejo e manda a polícia em cima do pobre, pois a Norte Energia considera toda a região propriedade sua e os moradores, que lá vivem

desde os tempos do bisavô, invasores. “E para onde vai toda essa gente?”, me perguntam.

“Pois também eu quero saber. Prometem solução, mas nunca dizem que tipo de solução, onde, quando, de que jeito”, digo.

“E o povo de Altamira?”.

“Muita gente está com o coração despedaçado. Até comerciantes e empresários que antes colaram em seus carros adesivos *Queremos Belo Monte* andam hoje cabisbaixos. Quem pode contra a fúria da Norte Energia? Aliás, a Norte Energia é o próprio Governo, antes Lula, agora Dilma. Nunca houve diálogo com o povo daqui, nem com índios, nem com ribeirinhos, nem com o povo da cidade. O governo traiu o povo que o elegeu e ri-se de quem defende os índios, os ribeirinhos, os pobres atingidos pela barragem. Fala de preço a ser pago pelo progresso. Só

que esse preço sacrifica o nosso povo e não as famílias de políticos em Brasília. Um terço de Altamira vai para o fundo e o resto vai ficar à margem de um lago podre, criador de carapanã e causador de dengue e malária”.

“E os índios? É verdade que estão a favor da barragem?”.

“Não digo que estão a favor da barragem. Estão a favor dos presentes que recebem. Muitos deles que antes viviam abandonados pelo governo e entregues à própria sorte, hoje têm todas as contas pagas no comércio, recebem cestas básicas e combustível e outros benefícios. O governo que negou aos índios se manifestarem em oitavas previstas em lei, agora se esmera em entupi-los de dinheiro para fechar-lhes a boca. Antigamente enganou-se os índios com espelhos e bugigangas, hoje milhões de reais são injetados nas aldeias para paralisar a luta indígena e cooptar as lideranças. O preço é muito alto. Não se mata mais índio a ferro e fogo. O dinheiro farto é a punhalada traiçoeira no coração das culturas indígenas e de sua organização comunitária. E o governo afirma em alto e bom som que nenhuma aldeia será alagada. Aldeia será alagada, sim! O que a Norte Energia faz, é cortar a água aos índios e ribeirinhos da Grande Volta do Xingu. E o povo da Volta Grande vive e sobrevive da pesca. E tem mais: o que vai acontecer com uma aldeia a poucos quilômetros do canteiro de obras onde trabalham milhares de homens? É muito triste! Dá dó!”.

“E nós? Como é que nós vamos ficar, nós que moramos abaixo da futura barragem? Ou, como essa gente de Brasília fala, à jusante?”.

“Bem, vocês sabem o que acontece se fazem uma tapagem no igarapé. Acima da tapagem, o que acontece?”.

“O igarapé alaga a terra firme!”.

“E abaixo da tapagem?”.

“Ora, o igarapé seca!”.

“Pois é. O Xingu abaixo da barragem vai baixar de nível e os igarapés e afluentes também. Há trechos em que o Amazonas vai entrar no leito do Xingu e nossos peixes que não se dão com a água barrenta do Amazonas vão morrer”.

Por um bom tempo o povo ficou apenas me olhando e não me fez mais nenhuma pergunta. E eu comecei a pensar: tudo é matéria prima para fazer negócios. Tudo vira mercadoria a ser explorada, ser comprada e vendida, exportada e consumida! Por isso os homens derrubam e queimam a floresta, represam e sacrificam os rios, assassinam os animais da mata, envenenam as plantas e os pássaros. Os homens perderam o coração. Tornaram-se insensíveis, brutos, cruéis. Decidiram matar a vida. (Boca do Rio Maxipanã, São Pedro-PA, março de 2012) ■

CNBB clama ao governo para atuar pelas comunidades tradicionais

José de Almeida Amaral Júnior
Economista e sociólogo

É verdade que o Brasil, nos últimos tempos, tem melhorado os seus dados sociais e econômicos. As políticas assistenciais de bolsa, a manutenção do salário mínimo com ganhos reais, os incentivos governamentais por empregabilidade, a luta pela redução da taxa de juros no mercado, entre outros exemplos, são pontos positivos que o país vive hoje. Mas, embora tenhamos esses fatos, muitas coisas ainda carecem de maior atenção, maior cuidado de nossas autoridades no sentido de efetivar ações.

Exatamente por conta disso, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), durante a recente 50ª Assembleia Geral, realizada em Aparecida (SP) no mês de abril, publicou uma carta em defesa dos territórios e dos direitos dos povos indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e demais populações tradicionais, pelo fortalecimento de suas identidades e organizações próprias e na defesa da educação intercultural bilíngue dos povos indígenas.

Esse manifesto, muito oportuno, diga-se, ocorre porque desde 1988, com a nova Constituição, aconteceu o reconhecimento da sociedade brasileira de que para esses povos a terra e a água são um bem sagrado, que vai além da



Foto: Renato Santana

mera produção para sobrevivência, não se reduzindo à simples mercadoria. Que é patrimônio coletivo de todo um povo, de seus usos e costumes, assim como a apropriação dos seus frutos.

Assim, cabe ao governo, ao poder constituído, tomar providências para que esses direitos sejam realmente concretizados, que não fiquem apenas em promessas ou mera vontade, afinal, esses grupos carecem de verdadeiro apoio e intervenção a seu favor.

Segundo a visão da CNBB, sem a garantia de acesso a terra, elemento base da cultura e da economia dessas populações, elas continuarão a sofrer opressão, marginalização, exclusão e expulsão, promovidas por empresas depredadoras, pelo turismo, a especulação imobiliária, o agronegócio e

pelos projetos governamentais, como as grandes barragens, que têm invadido áreas cultivadas, alterando o ciclo de vida dos rios e provocando o despovoamento de suas margens. Não é justo que esses direitos não sejam colocados, digamos, em funcionamento.

Com o contínuo adiamento dos procedimentos administrativos de demarcação, a invasão e a exploração das terras dos povos tradicionais permanecem ocorrendo cruelmente. A lei precisa se encaminhar como ação.

A conferência lembra que o governo brasileiro deve fazer cumprir a Constituição Federal e os instrumentos internacionais dos quais o Brasil é signatário, especialmente a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Esta Convenção foi ado-

tada na 76ª Conferência Internacional do Trabalho, em 1989. No Brasil ela foi ratificada em 2002 e entrou em vigor em 25 de julho de 2003.

Para os seus assinantes, pede-se que se comprometam a consultar os povos interessados, por meio de procedimentos adequados, quando sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente, garantindo, assim, a efetiva participação dos povos indígenas e tribais na tomada de decisões. Ou seja, não se definem influências sobre toda essa gente de forma arbitrária, autoritária, de cima para baixo, desconsiderando a visão dos povos envolvidos.

Mas, não é assim que as coisas acontecem. Recentemente, a própria OIT disse que o governo brasileiro violou os direitos indígenas junto às aldeias impactadas pela usina de Belo Monte, com impactos como inundação de terras e deslocamentos de populações. Outro caso nesse sentido é o que ocorre no norte da cidade de São Paulo, no Jaraguá, com os índios que ali habitam a região e foram atingidos pela construção do Rodoanel. Entre outras coisas, o terreno foi cortado ao meio pela pista. As obras adensaram a região, cercando os indígenas. Resultado: pressões culturais e econômicas são sentidas pelas comunidades, que veem suas tradições e sua visão de mundo constrangida. ■

Pedido de intervenção é encaminhado à ONU

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) solicitou à Organização das Nações Unidas (ONU) que intervenha junto ao governo brasileiro frente às graves violações de direitos humanos envolvendo os povos indígenas no país.

A solicitação se deu por intermédio de duas denúncias: a violência no Mato Grosso do Sul, que entre 2003

e 2010 vitimou 250 Guarani Kaiowá, e as mortes de indígenas no Vale do Javari, Amazonas, onde nos últimos dez anos 300 indígenas morreram vitimados por todos os tipos conhecidos de hepatites.

O pedido de intervenção e as denúncias foram feitos durante encontro com Subsecretária Geral para Assuntos Humanitários da ONU,

Valerie Amos, no Rio de Janeiro, no início de abril.

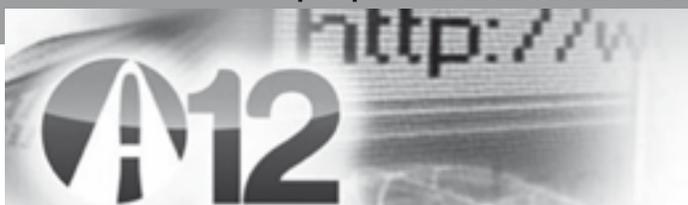
“Deixamos claro para a subsecretária que a situação dos povos indígenas no Brasil é dramática, sobretudo nos últimos dez anos, e fatos não nos faltam para comprovar”, explicou o assessor jurídico do Cimi, Adelar Cupsinski, representante da entidade na audiência.

Conforme o advogado, o Cimi exemplificou para Valerie que a Constituição de 1988, no tocante aos direitos indígenas, ainda não foi cumprida e caminha para sofrer retrocessos, citando a aprovação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara Federal da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215. ■

Ouça o Potyrõ

Todos os **sábados e domingos**, às **12h35**,
dentro do Programa Caminhos da Fé, na **rádio Aparecida**.
820 kHz
A transmissão é para todo o Brasil.

Também estamos on line pelo portal www.a12.com



Indígenas de Raposa Serra do Sol dizem não a Hidrelétrica do Tamandú e iniciam nova batalha

País Afora



Equipe Itinerante
Cimi Regional Rondônia

Com o grito “A luta continua! Unidos venceremos!”, iniciou-se na maloca de Maturuca, no dia 9 de abril, o encontro dos tuxauas e lideranças da Região das Serras, Terra Indígena Raposa Serra do Sol (TIRSS), Roraima, para tratar de problemas envolvendo a criação de gado, segurança, fortalecimento da organização interna e discussões sobre mais um grande empreendimento que assombra indígenas pelo país: a construção da Usina Hidrelétrica no rio Cotingo, que afetará diretamente a comunidade indígena de Tamandú.

Sessenta e duas lideranças concluíram que a hidrelétrica do Tamandú, tal como se referem à obra, afetará a vida dos povos com severas ameaças a biodiversidade regional. Por conta disso, as lideranças presentes decidiram dizer não a construção da usina e iniciaram mobilizações para fazer valer os direitos de consulta aos povos indígenas, como reza a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A história de luta da TIRSS é longa. Na Assembleia de Surumu (1971) criou-se a organização interna. Na mesma Maturuca, em abril de 1977, há 35 anos,

veio a grande visão dos povos indígenas: “Decisão: Ou vai ou racha”. O presidente Lula homologou a TIRSS (Decreto 534/2005) num mês de abril também, há sete anos. O Supremo Tribunal Federal (STF), em agosto de 2009, deu a sentença definitiva a favor dos indígenas e contra os arrozeiros, que durante anos invadiram e violentaram as terras.

Portanto, agora se inicia o novo desafio depois da árdua luta pela demarcação e homologação de Raposa Serra do Sol. No encontro foi mostrado o I Seminário Mundial contra a Hidrelétrica de Belo Monte e os Grandes Projetos na bacia do rio Xingu (Altamira, Pará, outubro de 2011) e a forte luta dos povos da região contra as barragens.

Apagando a história

Na visita a Tamandú, o tuxaua Hélio da Silva explicou que hoje a comunidade tem um total de 27 famílias com uma população de 178 indígenas, que contam com escolas e postos de saúde. A comunidade tem boa produção: roçados familiares e comunitários, um total de 13 retiros com 652 cabeças de gado, 93 cavalos, 47 carneiros, fora outras criações de galinhas e picotes. Conforme Hélio, a comunidade é muito antiga, mas foi reconhecida oficialmente em 1995.

“Em tempos do tuxaua Constantino José Francisco (1989) iniciou a defesa da terra e da cachoeira do Tamandú. Os fazendeiros mandavam os capatazes destruir e queimar as casas dos parentes. Além dos fazendeiros, os garimpeiros invadiram toda a região do rio Cotingo”, explica Hélio.

As comunidades afetadas diretamente pela hidrelétrica, além da Tamandú, são: Tamandú 2 (situada junto à cachoeira), Waromada, Taboca, Caraparú III, Água-Fria, Cajú, Pedra Preta e outras. Será afetada indiretamente toda a realidade socioambiental da região.

“A comunidade de Tamandú e as outras comunidades da região são contra a construção da hidrelétrica do Tamandú no rio Cotingo. A barragem vai destruir a beleza de nosso rio e poluir suas águas, matar os peixes e animais que pescamos e caçamos. Vai inundar as florestas e campos onde fazemos nossos roçados e criações. Acabará com a terra onde nascemos e onde estão enterrados nossos antepassados, vai nos afastar deste lugar e com isso apagar a nossa própria história”, protesta Hélio.

No dia 20 de julho de 2011, o deputado federal Luiz Couto (PT/PB) deu parecer como Relator do Projeto de Decreto Legislativo (PDC) Nº 2.540/2006, sobre o aproveitamento dos recursos hídricos e

dos potenciais energéticos da Cachoeira do Tamandú, no rio Cotingo, na Região das Serras da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima:

“Por fim, o Projeto de Decreto Legislativo, por ter como objeto o aproveitamento de recursos hídricos dentro de uma Terra Indígena, exige, conforme o entendimento da AGU (Advocacia Geral da União), a aprovação de Lei Ordinária que estabeleça as condições específicas de tal atividade, conforme o inciso 1º do artigo 176 da Constituição Federal, e que regule tanto a autorização do Congresso Nacional como a oitiva prévia das comunidades indígenas afetadas, conforme dispõe o inciso 3º do artigo 231 da Constituição Federal. Até o momento não existe nenhuma Lei vigente com tal teor. Sendo assim, no que toca à constitucionalidade, o Projeto de Decreto Legislativo apresenta-se prejudicado, ferindo os artigos citados, além de possivelmente incorrer em ilegalidade, por contrariar a Convenção nº 169 da OIT. Por todo o exposto, opino pela inconstitucionalidade do Projeto de Decreto Legislativo nº 2.540/2006”.

Com este parecer claro do relator, os povos indígenas de Raposa Serra do Sol esperam que a presidenta Dilma Rousseff escute realmente a voz dos indígenas: “Nós não queremos a hidrelétrica de Tamandú”. ■

6ª Semana dos Povos Indígenas na Grande São Paulo

POVO PANKARARÉ: TEIMOSIA E SONHO

Beatriz C. Maestri e Fernanda Azevedo da Silva
Cimi Regional Sul - Equipe Grande São Paulo

“Sou guerreira, não tenho vergonha de dizer que sou índia e de usar o cocar. Continuamos lutando por nossos direitos e para que todos os povos sejam respeitados”. Com estas palavras, a líder Pankararé Alaíde Pereira Xavier Feitosa fez a abertura do 6º Encontro dos Povos Indígenas, como parte das programações da 6ª Semana dos Povos Indígenas da Grande São Paulo.

O Encontro ocorreu no dia 15 de abril, na Casa da Angola. Neste ambiente sagrado expressam suas tradições e cultura através das danças do Toré e dos Praiá, dos cantos e toantes que fazem a memória dos ancestrais e que revigoram a caminhada atual desses povos.

Além dos Pankararé, participaram do encontro os povos: Fulni-ô, Pankararu, Guarani Mbyá e Mura. Das diferentes regiões, das aldeias e das periferias da cidade, as comunidades indígenas vieram para se encontrar, confraternizar e celebrar suas lutas e conquistas.

Aproveitando a presença de representantes dos órgãos públicos, as lideranças indígenas fizeram do evento um momento importante para apresentarem suas



reivindicações, tendo como prioridade a busca de um Espaço de Referência para as atividades culturais na cidade de Osasco. Melhorias no atendimento à saúde indígena e à educação também foram demandas citadas nas falas de várias lideranças.

Identidade e busca pelo reconhecimento

“Somos todos de uma mesma família, somos de diferentes etnias, mas temos que lutar juntos por nossos direitos, pois sozinhos não vamos conseguir nada”.

As falas vibrantes das lideranças Fulni-ô sinalizam a busca por maior articulação, demanda fundamental num contexto marcado pelo individualismo e negação dos direitos desses povos.

Viver na cidade é um desafio a mais para esses indígenas exigem de forma sistemática o reconhecimento de seus direitos constitucionais. É, igualmente, espaço formativo e de articulação, pois são diferentes gerações que se encontram e se animam mutuamente. Os mais velhos repassam os conhecimentos aos mais

jovens e às crianças, na perspectiva de que seu sonho perdure na resistência e na teimosia. As crianças fizeram coro e, por sua vez, também “puxaram” os toantes que embalam a trajetória cultural de seu povo.

Neste sentido, destaca-se o importante papel do Fórum Permanente Intersetorial Indígena de Osasco, criado em junho de 2011, como órgão aglutinador de diferentes entidades de apoio, dentre elas o Cimi-SP, e de secretarias do município. Neste espaço as lideranças indígenas encontram apoio para suas demandas e a intermediação na busca por políticas públicas.

Para Ivanize Azevedo, professora do Centro Universitário Fieo (Unifieo) e integrante do Fórum, a realização da Semana dos Povos Indígenas é de suma importância, pois ressalta a valorização dos indígenas, tendo presente seu potencial cultural e seus direitos específicos. Ivanize considera que, ao longo da história, nunca houve uma preocupação real com os indígenas e há muito descaso por parte dos governantes brasileiros em relação às demandas dos mesmos. Segundo ela, há que fortalecer o grupo dos aliados dos povos indígenas para que se obtenham maiores conquistas. E acentua: “este encontro é um alerta para as autoridades”. ■

Indígenas dos povos Tupinambá, Pankararu, Fulni-ô, Guarani Mbyá e Mura participaram do encontro. Os desafios de viver na cidade foram discutidos, além da prática do Toré. Ao final, uma carta foi formulada para ser entregue às autoridades.

Juízes cobram demarcação de terras e medidas contra violações de direitos

Rogério Batalha

Cimi Regional Mato Grosso do Sul

Olhar as dificuldades, sentir o cheiro do agrotóxico, tocar nas mãos calejadas e perceber a dor pelo direito ao território alienado. Tais sentidos foram vivenciados durante quatro dias de frio, entre 27 e 30 de abril, pelos membros da Associação dos Juízes pela Democracia (AJD), nas mais conflituosas áreas indígenas do Mato Grosso do Sul.

Participaram da comitiva a desembargadora Kenarik Boujikian, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, co-fundadora e ex-presidente da AJD, além do atual presidente, o juiz Luis Fernando de Camargo Barros Vidal, e das juízas Fernanda Menna Peres, Dora Martins e Fernanda Carvalho.

Também acompanharam as visitas representantes da Justiça Global, FoodFirst Information and Action Network (Fian), além da Procuradora do Estado de São Paulo Ana Paula Zommer e lideranças indígenas.

O grupo esteve ainda na Il Cuña Aty Guasu (Grande Reunião das Mulheres) Guarani Kaiowá, realizada na aldeia Jaguapirú, em Dourados. Com os procuradores da República Marco Antonio de Almeida e Tiago Luz, os magistrados levantaram informações sobre a realidade local.

Kurusu Ambá

Recebidos com rezas (jerojy), na visita a aldeia Kurusu Ambá, localizada entre os municípios de Amambai e Coronel Sapucaia, percebeu-se prontamente a imensa alegria dos indígenas com a presença da caravana.

Com crianças brincando e correndo por todos os cantos, a resistência dos povos indígenas se traduziu naquilo que a juíza Dora Martins afirmou: “Em Kurusu Ambá você verifica a pobreza e as dificuldades, mas vê um alento”. A terra vem



sendo reivindicada há anos pelos Guarani Kaiowá, mas ainda não foi demarcada.

Após a decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) em assegurar a posse de uma pequena parcela desta terra, ocupada pelos Guarani Kaiowá em 2010, as condições de vida das famílias melhoraram, mas as lideranças ainda manifestam preocupação com a falta da demarcação definitiva e com as questões de segurança.

Numa pequena parcela de terra, conseguem produzir alguns alimentos (milho, feijão, arroz), mas afirmam que ainda não possuem condições de produzir o suficiente para alimentar toda a comunidade. Falta espaço. A cesta básica fornecida pelo governo federal ainda é fundamental para a comunidade.

O acesso a educação escolar na aldeia foi muito destacada pelos Guarani Kaiowá. Uma escola no local ocupado vem sendo negada pelas autoridades responsáveis. As crianças indígenas têm de andar todos os dias cerca de 20 Km até a escola mais próxima.

“A situação deve ser revertida com a instalação urgente de uma escola na própria aldeia”, disse o juiz Luis Fernando de Camargo Barros Vidal. A impunidade foi um dos destaques nas falas dos Guarani Kaiowá, citando os assassinatos de Xurite Lopes e da liderança Ortiz Lopes, mortos em 2007.

No tekoha Guaiviry Logo após a tradicional recepção, logo chegaram as crianças. Às dezenas, compõem a grande maioria dos indígenas na área. Com elas, muitas mensagens de dor escritas em pedaços de papelão e faixas, que seguravam ativamente e com imensa alegria.

Recebidos pelos familiares do cacique Nísio Gomes, liderança religiosa atacada por pistoleiros em ação ocorrida na área em 18 de novembro 2011 e até hoje desaparecido, os juízes se emocionaram com o relato de agressões. Para a Juíza Dora Martins, “Guaiviry foi o símbolo da exposição do índio à falta de segurança no Brasil”.

Passo Piraju

A comitiva ainda visitou a aldeia Passo Piraju, em Dourados. Em 40 hectares assegurados pelo TRF-3 em 2008, a pequena comunidade tenta sobreviver com roças cercadas por imensos canaviais, onde os agrotóxicos utilizados na monocultura têm produzido graves impactos sobre a saúde dos indígenas.

Foram relatados os casos de violência contra a comunidade envolvendo policiais de Dourados, a instalação de um rancho pesqueiro instalado contíguo à comunidade às margens do rio Dourados e cedido aos policiais pelo próprio fazendeiro.

Segundo o cacique Carlito de Oliveira, quando “acaba a piracema, os tiros

voltam. Nós já avisamos as autoridades”. Uma escola está sendo construída, mas a questão da saúde ainda carece de melhorias. O atendimento é feito a céu aberto e os indígenas pedem a construção de um local adequado. A comitiva de Juízes passou pelas aldeias urbanas Marçal de Souza e Água Bonita, em Campo Grande.

Situação de emergência e PEC 215

Os juízes foram unânimes: a situação apresenta graves violações de direitos humanos e descumprimento da Constituição Federal. “O que a gente leva daqui é uma mensagem deles para o Judiciário. A PEC 215 também é algo grave: da conclusão da demarcação de terras desdobra todo o resto”, disse a juíza Fernanda Menna Peres.

A Juíza Dora Martins alega que se sentiu desconfortável ao se colocar como juíza. “Achei gritante a situação toda. Estes povos estão aumentando a sua população. Temos que sensibilizar o STF (Supremo Tribunal Federal) para que julgue os processos rapidamente”, disse.

Segundo a desembargadora Kenarik Boujikian “o STF deve priorizar o julgamento desses processos, além de outras medidas a cargo da AJD”. A representante da Fian, Jônia Rodrigues, lamenta: “Estivemos aqui em outros tempos e pudemos verificar que as violações de direitos continuam ocorrendo”. ■

Mulheres e crianças recebem visitantes no tekoha Guaiviry. Na aldeia, em 18 de novembro de 2011, pistoleiros alvejaram e sequestraram o corpo do cacique Nísio Gomes. Em Kurusu Ambá, Smart Kunumi Guarani Kaiowá (foto) reclama que governo federal segue apenas nas promessas

Mulheres Guarani Kaiowá e camponesas: parindo uma nova sociedade!

Elisa Maria Bisol

Cimi Regional Mato Grosso do Sul

Nascemos como uma lagarta. Durante muito tempo permanecemos caladas, sem voz. Mas hoje temos consciência de que não fomos feitas para permanecer como lagartas. Seguimos o caminho da transformação. Buscamos e lutamos sem desistir quanto a nossa meta: a transformação da lagarta em borboleta. Queremos a leveza e a liberdade da borboleta. Queremos nossa voz, queremos nossos direitos!”.

Tomando as palavras de Alda Silva Guarani Kaiowá, o 8 de março deste ano para as mulheres do Movimento de Mulheres Guarani Kaiowa, MST e Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) foi marcado por uma agenda de denúncia e enfrentamento em Jornada de Lutas realizada no Mato Grosso do Sul. Tecendo novas relações interculturais, somando às lutas, dando rosto e visibilidade às mulheres índias e camponesas.

A Jornada de luta das mulheres teve por objetivo denunciar o capital estrangeiro na agricultura, através das empresas transnacionais, e chamar atenção da

sociedade quanto ao modelo destrutivo do agronegócio para o meio ambiente e ameaça à soberania alimentar do país e a vida da população brasileira, afetando de forma direta a realidade das mulheres. Ao mesmo tempo, apresentar como alternativa o projeto de agricultura baseado na agroecologia e defesa da soberania ambiental.

Debateram ainda o compromisso de lutar contra qualquer forma de opressão e mercantilização da vida, do corpo e dos bens naturais, pedindo reforma agrária e demarcação de terras indígenas. As mulheres saíram às ruas de Dourados em

protesto contra o uso de agrotóxico no campo, além de irem para a porta da Funai pedindo identificação e demarcação de terras e políticas públicas em educação, saúde e segurança. No Ministério Público Federal (MPF) pediram o controle dos agrotóxicos, limite de propriedade de terra para estrangeiros, segurança para as Mulheres e encerraram os protestos no Incra.

Para as mulheres Guarani Kaiowa, a atividade representou uma pequena semente lançada em prol da articulação e aliança com as lutas das mulheres do campo, que de alguma forma mantêm agenda comum: a luta pela terra e direitos da mulher. ■

Quantas campanhas mais serão necessárias para se impedir o extermínio do povo Awá-Guajá?

Rosane Diniz

Coordenadora do Cimi Regional Maranhão

A Survival, organização inglesa, lançou mais uma campanha internacional no último dia 25 de abril para a urgente situação dos Awá-Guajá. Nela o apelo é dirigido ao governo brasileiro pela proteção à vida e ao território do povo. Awá-Guajá, quem poderá amenizar sua agonia? Será que o governo federal terá vontade política de enfrentar o banditismo invasor dos territórios indígenas no Maranhão?

A campanha tem o objetivo de sensibilizar as pessoas para enviarem cartas ao ministro da Justiça José Eduardo Cardozo pedindo a retirada imediata dos madeireiros e outros invasores do território Awa-Guajá; que seja prioridade ao ministro. As pessoas são convidadas a conhecerem os Awá-Guajá, sua cultura e modo de vida, por meio de um website bastante completo e esclarecedor ao mundo todo.

O Cimi acredita na importância desse meio para a sensibilização e à solidariedade das pessoas com a causa indígena e, por isso, apóia a Campanha. A 1ª campanha lançada pelo Cimi, em defesa dos Awa-Guajá, foi em abril de 1987 e teve o mote: *Terra para os Guajá*. Desde 1982, o convênio entre a Funai e a Vale, denominado *Projeto Ferro Carajás, Apoio às Comunidades Indígenas*, com o aval do Banco Mundial, definia a demarcação das terras indígenas, situadas na faixa do Corredor Carajás, entre elas a área indígena Awá, como um compromisso.

Passados 25 anos da campanha, a regularização fundiária da Terra Indígena Awá não foi concluída. Também não existe nenhum plano ou base de vigilância nas terras diretamente atingidas pelo Projeto Carajás Vale; a vida e as florestas dos territórios Awá continuam em um acelerado processo de massacre. É preocupante que a situação dos Awá-Guajá não se resolva, mesmo com sucessivas campanhas de entidades da sociedade civil. Até quando esse povo vai precisar de campanhas para que seus direitos sejam respeitados?

A campanha da ONG inglesa Survival só confirma e reafirma para o mundo todo como os sucessivos governos brasileiros vêm tratando os povos indígenas, à revelia das leis máximas do país e dos tratados internacionais ratificados pelo governo federal. Tais violências amplamente denunciadas no Brasil: o risco de extinção da existência singular de mais um povo indígena da Amazônia em pleno século XXI.

Os primeiros resultados

Conforme divulgação da Survival, nos primeiros três dias da campanha mais de 10.000 mensagens eletrônicas de protesto foram enviadas ao governo, o que representa um recorde mundial para ações de protesto em prol de povos indígenas. Na terceira semana com quase 18 mil mensagens, que com o empenho de todos poderá crescer ainda mais.

O governo brasileiro, por meio do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, diante de mais esse flagrante desrespeito aos direitos humanos no



Brasil, foi evasivo e pouco convincente ao reconhecer a violência contra os povos indígenas, mas temeroso nas respostas aos crimes cometidos e o que, efetivamente, será feito a curtíssimo prazo.

A Funai, diante da repercussão das violências contra os Awá, emitiu nota onde pouco esclarece a opinião pública; não aponta que as operações policiais de fiscalização foram determinação judicial, diante das inúmeras denúncias recebidas pelo Ministério Público Federal (MPF), como também omite as evidências do ataque madeireiro a um grupo de Awá isolado na Terra Indígena Araribóia, conforme apurou uma comissão de defensores de direitos humanos do Maranhão (Cimi, OAB, Sociedade Maranhense de Direitos Humanos), que em seguida representou ao MPF exigindo que a violência fosse apurada e os responsáveis punidos.

Quanto ao Programa Awá, da Frente de Proteção Etnoambiental da Funai, é fruto de intensas intervenções junto ao MPF por indígenas e indigenistas, diante da completa ausência de uma política específica para os Awa-Guajá, renegados às sobras de verbas públicas e vítimas da malversação dos recursos mitigatórios da Vale. Bases de vigilância não são instaladas nas terras habitadas pelos Awá por protelação da Funai e Ibama diante das decisões judiciais. O processo da base na Araribóia corre há 6 anos, conforme MPF.

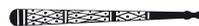
Ao admitir também, em nota, que a rede criminosa que violenta os Awa e o território do povo oferece insegurança aos servidores, acrescenta-se que essa rede não para de assassinar, espancar e aliciar indígenas. Desse modo, espera-se que os servidores denunciem essa insegurança e exijam melhores condições para que o serviço público seja feito a contento. Não se pode admitir é que os indígenas continuem a pagar essa conta com suas vidas.

A sociedade brasileira precisa continuar a pressionar e exigir do governo brasileiro que atenda aos apelos dos Awá-Guajá em mais essa campanha. Quem deve ter autoridade sobre essas terras e sobre as políticas indígenas são os Awá, não o banditismo invasor das terras indígenas no Maranhão. ■

Em janeiro deste ano, equipe entrou na Terra Indígena Araribóia e comprovou a ação de madeireiros em área onde indígenas Awá-Guajá isolados circulam. Há décadas que tais episódios são denunciados, colocando em risco um modo de vida sintonizado com o meio ambiente

Assine o PORANTIM

Formas de Pagamento:



EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

SOLICITE SUA ASSINATURA PELA INTERNET:
adm.porantim@cimi.org.br

BANCO BRADESCO

Agência: 0606-8 – Conta Corrente: 144.473-5

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Envie cópia do depósito por e-mail, fax (61-2106-1651) ou correio e especifique a finalidade do mesmo.

Se preferir pode enviar CHEQUE por carta registrada nominal ao CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, para o endereço:
SDS – Ed. Venâncio III, Salas 309/314 – CEP: 70393-902 – Brasília-DF
– Para a sua segurança, se for enviar cheque, mande-o por carta registrada!
– Comunique sempre a finalidade do depósito ou cheque que enviar.
– Inclua seus dados: nome, endereço, telefone e e-mail.

P R E Ç O S

Ass. anual: R\$ 60,00

Ass. dois anos: R\$ 100,00

*Ass. de apoio: R\$ 80,00

América Latina: US\$ 40,00

Outros países: US\$ 60,00

* COM A ASSINATURA DE APOIO VOCÊ CONTRIBUI PARA O ENVIO DO JORNAL A DIVERSAS COMUNIDADES INDÍGENAS DO PAÍS.

O povo de Samado, Cravim, Barretá e Galdino completa a viagem de volta a Terra Indígena Caramuru-Catarina Paraguaçu

Renato Santana
Editor do jornal *Porantim*

A espera levou 30 anos até a tarde do último 2 de maio, dia que entra para a história dos povos indígenas brasileiros. Em pouco mais de três horas, por sete votos a um, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) votaram pela anulação dos títulos imobiliários incidentes nos 54,105 mil hectares da Terra Indígena Caramuru-Catarina Paraguaçu, demarcada desde 1938. A expectativa agora é pela homologação, ato da presidenta Dilma Rousseff, posto que até mesmo a extrusão dos invasores está praticamente executada: desde janeiro deste ano até a votação dos ministros, os Pataxó Hã-Hã-Hãe retomaram pouco mais de 95% das terras.

Mesmo com a vitória dos indígenas, a demora para a votação da Ação Cível Originária (ACO), impetrada pela Fundação Nacional do Índio (Funai) em 1982, acirrou os conflitos entre os Pataxó Hã-Hã-Hãe e invasores do território – latifundiários plantadores de cacau, pecuaristas e criadores de éguas para inseminação artificial. Cerca de 30 lideranças foram assassinadas - algumas de forma sádica - além dos mais

variados episódios protagonizados pela elite política da Bahia para manter os invasores na Caramuru-Paraguaçu.

Dentro deste quadro de mortes e injustiças, há 15 anos era assassinado em Brasília, na madrugada de 20 de abril, a liderança Pataxó Hã-Hã-Hãe Galdino de Jesus. Na Capital Federal, durante a Semana do Índio, o indígena buscava solução para o impasse envolvendo as terras de seu povo. Terminou incendiado por cinco adolescentes de classe média alta num ponto de ônibus. De lá para cá, os desdobramentos culminaram na reabertura do julgamento pelo STF, em 2008 (ver análise) e no início das retomadas, em janeiro deste ano, que culminou na recuperação de quase a totalidade do território, inúmeros conflitos e a decisão dos ministros.

“Sentimos também o desejo de políticos nas nossas terras e isso acumulou em nós a preocupação de nunca mais a termos. Fora o projeto de uma hidrelétrica no rio Pardo. Nós sabemos que se for realizada essa construção, uma parte importante da nossa terra se perderá”, diz o cacique Nailton Muniz Pataxó Hã-Hã-Hãe.

Durante a onda de retomadas, os indígenas foram acusados de incendiar a sede de uma fazenda, armar emboscada

Foto: Renato Santana



Foto: Arquilo Cimi



O assessor jurídico do Cimi Paulo Machado Guimarães (centro da foto) iniciou sua trajetória profissional junto aos índios mergulhando no processo Pataxó Hã-Hã-Hãe, no início da década de 1980. Como advogado dos indígenas, acompanhou o processo durante quase a totalidade dos 30 anos de espera pela votação.

e assassinar a esposa de um fazendeiro, sequestrar e matar ‘seguranças’ (pistoleiros) e funcionários das áreas de invasão, além de gerar terror para os moradores de Itajú do Colônia, Camacan e Pau Brasil, municípios que abrangem a terra indígena. Acusações nunca comprovadas pela Polícia Federal, como disse ao *Porantim*, em Ilhéus, a delegada Denise Dias - duas semanas antes da decisão do STF: “Tenho equipes diariamente nas áreas, inclusive checando as denúncias contra os indígenas e nada foi verificado”.

Cacique Ilza Rodrigues da Silva salienta que as retomadas foram pacíficas, mas

a postura dos jornais e das elites sempre foi de criminalização: “Nunca quisemos tirar a vida de ninguém, não temos esse direito. O direito que nós temos é sobre a terra. À vida todos têm direito, assim como nós índios”. Os indígenas agora estão no desafio de definir a ocupação territorial.

Em situação permanente de Assembleia, discutem de forma coletiva a divisão entre as famílias, a recuperação do solo e a exploração produtiva da natureza, entendendo as relações recíprocas dos indígenas com o meio ambiente. Em um ponto já existe unidade: a agricultura diver-

Os direitos garantidos pelo Supremo Tribunal Federal aos

Dalmo de Abreu Dallari*

Numa decisão histórica, o Supremo Tribunal Federal (STF) cumpriu sua função precípua, que é a guarda da Constituição. E por meio dessa decisão efetivou a garantia dos direitos que a Constituição confere aos índios. No dia 2 deste mês a Suprema Corte chegou à decisão final num processo iniciado em 1982, há 30 anos, portanto, e cujo julgamento tivera início em setembro de 2008. Trata-se de um caso de extrema relevância social, pondo fim a uma situação de ilegalidade, injustiça e violência, em que eram interessados imediatos os índios Pataxó Hã-Hã-Hãe, ocupantes tradicionais de terras no Estado da Bahia.

Na realidade, a decisão agora tomada pelo Supremo será benéfica a todos os índios brasileiros, muitos deles vítimas de poderosos invasores de suas terras, que além de terem a superioridade econômica beneficiam-se também da cumplicidade e proteção de políticos

que atuam no âmbito nacional, bem como de autoridades estaduais.

Essa decisão contém peculiaridades de extrema relevância, sob vários aspectos, a começar pela demonstração de que a Suprema Corte, agora sob a presidência do eminente ministro Carlos Ayres de Brito, deverá ser mais sensível aos casos em que, além de estar em questão a efetividade da Constituição como norma jurídica superior da ordem jurídica brasileira, existem situações gravemente conflituosas, que exigem solução rápida, baseada nas disposições constitucionais e legais, para que cessem violências, armadas e situacionais, que vitimam titulares de direitos sem força para protegê-los, como vem acontecendo com os índios brasileiros.

Ressalte-se que esse caso, agora julgado, não constava da pauta previamente preparada para aquela sessão do Supremo Tribunal, mas o presidente da Suprema Corte levou em conta a situação de extrema conflituosidade existente no local - o que, certamente, será superado a

partir da decisão judicial terminativa do conflito jurídico - e incluiu na pauta essa matéria.

A par disso, é também louvável a atitude da eminente ministra Carmen Lúcia, que deveria proferir o voto seguinte, continuando o julgamento, e reconhecendo a extraordinária importância do caso deu-lhe preferência, proferindo um voto verdadeiramente magistral, no qual ressalta que o reconhecimento dos direitos dos índios tinha sólida base nos fatos e era uma exigência de justiça, conforme à Constituição.

O caso agora julgado em decisão final tem início com a invasão de terras indígenas por fazendeiros, apoiados por oligarquias políticas locais, que consideraram fácil e muito conveniente ampliar o seu patrimônio imobiliário invadindo terras indígenas. E assim fizeram. Existe aí um ponto de fundamental importância que deve ser ressaltado: esses invasores de terras nada pagaram por elas, simplesmente apossando-se delas, não podendo, portanto, alegar que sofreram um prejuízo econômico

com o reconhecimento dos direitos dos índios.

Houve casos em que o governo do estado da Bahia fez a doação das terras indígenas aos que desejavam apossar-se delas, devendo-se ressaltar aqui outro ponto fundamental: o estado da Bahia não era proprietário daquelas terras nem tinha qualquer direito sobre elas, não tendo, portanto, qualquer valor jurídico o ato de doação.

Conforme dispõe expressamente a Constituição, no artigo 231, são reconhecidos aos índios “os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam”, estabelecendo-se, no parágrafo 2º, que “as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se à sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes”.

Por disposição do artigo 20, inciso XI, da Constituição, “são bens da União as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios”. E pelo parágrafo 6º do artigo 231 da Constituição ficou estabelecido, com clareza, objetividade e



As mortes de Samado, Cravinho e Galdino são algumas das dezenas ocorridas durante o processo de luta dos Pataxó Hã-Hã-Hãe pela terra indígena. Assassinatos e violências diversas marcam a história de resistência dos indígenas

Esse mesmo grupo é acusado pelo prefeito de Itaju, Padre Ednaldo (PT), de fazer terrorismo na região, vinculando-o à imagem de indígenas criminosos, invasores de terras e que só trarão miséria para o município. Comumente a quadrilha espalhava boatos de que os indígenas iriam invadir a cidade. Para o prefeito, o clima ficou mais tenso pelo fato de um bairro inteiro, o Parque dos Rios, ser fruto de invasão dos 54,105 mil hectares demarcados aos indígenas. Os fazendeiros usavam a disputa por terras nas eleições municipais de outubro. O invasor de terras Marcos Sobral era pré-candidato.

A situação ficou pior, pois o próprio PT se aliou aos invasores: Marcos Sobral tem o apoio do deputado federal Geraldo Simões, próximo ao governador Jacques Wagner, que, por sua vez, pediu a ministra Carmem Lúcia para adiar a votação, em 2011.

Desenvolvimento regional

Para o prefeito de Itaju do Colônia, Padre Ednaldo (PT), a permanência dos indígenas nas terras pode mudar a economia da cidade. Ao contrário do dito pelos fazendeiros, o prefeito aponta que a região não é mais uma bacia leiteira, porque o gado passou a ser para o corte.

Porém, prevê uma queda no ICMS, mas como aconteceu na vizinha cidade de Pau Brasil a presença dos indígenas tende a melhorar o comércio e com a agricultura dinamizar a economia num ciclo de abastecimento do município.

“Pau Brasil é um exemplo de como a presença indígena não representa atraso e miséria. Itaju do Colônia apenas está em vias de mudar o paradigma”, avalia. Para ele, o município sempre enfrentou dificuldades tendo um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do país. Portanto, a situação abarca todas as décadas de presença dos fazendeiros na região. (R.S.) ■

Invasores disseminaram terror e ódio contra indígenas

Itaju do Colônia é o município que detinha o maior número de fazendas incidentes na Terra Indígena Caramuru-Paraguaçu, dentre as cidades que abrangem o território Pataxó Hã-Hã-Hãe. Eram 53 no total e de essência

pecuarista, característica importante para se entender a razão da concentração dos conflitos na cidade - o núcleo duro dos invasores ficou encurralado nela.

Em Itaju estavam os principais invasores da terra indígena, entre eles Marcos Sobral, com terras na Serra das Alegrias, Armando Pinto, dono da fazenda Vitória, Durval Santana, detentor de cerca de oito mil hectares de terras indígenas e ex-prefeito do município pelo Democratas (DEM), Paulo Magalhães, da família de ACM - que controla a transmissora da Rede Globo na Bahia, além de rádios e jornais -, e Jaime do Amor, um dos maiores pecuaristas baianos.

de outros votos do insigne ministro. Com efeito, o ministro Marco Aurélio baseou toda a sua argumentação na Constituição de 1967, contrariando a totalidade da doutrina constitucional que dá absoluta superioridade aos preceitos de uma nova Constituição, que no caso do Brasil é a de 1988, ora vigente, tornando sem efeito as disposições das Constituições anteriores que com ela conflitem.

Assim, disse o preclaro Ministro que a Constituição de 1967 só protegia as terras habitadas pelos índios, o que foi colocado no texto constitucional maliciosamente, sob a égide de um governo ditatorial, para tirar dos índios a maior parte de seus territórios, só lhes deixando as pequenas áreas das habitações, como se os grupos indígenas pudessem sobreviver usando apenas o que estivesse dentro de suas casas.

Influenciado por fatores não jurídicos, o ilustre ministro ignorou o que dispõe expressamente o artigo 231 da Constituição atualmente vigente, segundo o qual são assegurados aos

índios os direitos sobre “as terras que tradicionalmente ocupam”, com a extensão expressamente fixada no parágrafo 1º desse artigo, segundo o qual “são terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições”.

Essa é a norma constitucional vigente, não tendo qualquer cabimento pretender aplicar agora a Constituição de 1967, há muito revogada. Para que se perceba o absurdo dessa pretensão, basta lembrar a situação dos proprietários de escravos após o advento da Constituição republicana de 1891. Seria arrematado absurdo jurídico pretender que tinham o direito de exigir que os negros comprados por eles continuassem a servir como escravos, porque tinham feito a compra na vigência da Constituição de 1824.

Em conclusão, a decisão lúcida e bem fundamentada do Supremo, além de sua extraordinária importância por determinar o fim de uma situação gravemente conflituosa, pois os invasores das áreas indígenas que pretenderem resistir com violência serão tratados, pura e simplesmente, como criminosos, essa decisão será também de grande importância para desencorajar outros aventureiros que pretendam obter ganho fácil invadindo terras indígenas.

Desencoraja também os ocupantes de cargos de governo ou detentores de mandato político que até agora buscaram tirar proveito apoiando violências inconstitucionais. Os vencedores imediatos foram os índios, mas numa visão mais ampla quem venceu foi o povo brasileiro, que viu reafirmada, pela mais alta corte do país, a supremacia da Constituição, com a garantia de sua efetividade.

*Advogado, professor titular aposentado da Faculdade de Direito da USP, membro da Comissão Internacional de Juristas. É autor, entre outras obras, de *O Futuro do Estado*.

Índios Pataxó Hã-Hã-Hãe

bastante ênfase, que “são nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo”, ou seja, as terras indígenas. Assim, portanto, não são juridicamente válidas as doações, as vendas e compras ou qualquer outra espécie de ajuste tendo por objeto áreas indígenas.

A decisão agora tomada pelo Supremo Tribunal Federal deu seguimento à votação iniciada em 2008, quando o então ministro da Suprema Corte, Eros Grau, num voto muito bem fundamentado, reconheceu e afirmou os direitos dos Pataxó-Hã-Hã-Hãe sobre as terras do Estado da Bahia que, conforme ficou comprovado por laudo circunstanciado, são tradicionalmente ocupadas por esses índios.

E assim os ministros do STF exerceram sua função precípua e deram cumprimento às determinações constitucionais.

O único voto divergente, do ilustre ministro Marco Aurélio, foi extremamente infeliz do ponto de vista jurídico-constitucional, ao contrário

Indígenas do rio Purus cobram políticas públicas para saúde e água



Renato Santana
de Santa Rosa do Purus (AC)

A noite parece nunca chegar à Floresta Amazônica; a sensação é de que a terra, rios, rincões, seres humanos e animais se encolhem ao passo que a mata não se move, tornando ainda mais imensas as embaúbas, que estancam a sangria de luz. E assim, de início como uma sombra, a escuridão chega envolvendo o terreiro da aldeia Santa Júlia, uma das últimas descendo as águas barrentas do rio Purus rumo ao município de Manoel Urbano, Acre. Aquém aos caprichos de qualquer narrativa sobre o fim do dia na Amazônia, as mãos habilidosas de um garoto Madja tece um saíote com palhas de buriti. Os dedos correm sem sair do lugar, em aparente fuga para longe da noite preta numa região sem energia elétrica. As palhas verde-claras dobradas nas pontas viram forcas, usadas pelas crianças numa brincadeira incomum: laçar um ao outro. Enquanto a revoada de curumins faz sua dança barulhenta pelo terreiro, nas profundezas da floresta o pajé da aldeia ultrapassa fronteiras cosmológicas para uma cidade longe de ser a Eldorado tão cobiçada por colonizadores, como o espanhol Francisco Orellana, que atrás do ouro visto em Cuzco, Peru, se embrenhou pela Amazônia navegando o rio Purus atrás de ruínas incrustadas de pedras preciosas, durante expedição iniciada em 1542.

Para os Madja existem três planos: o céu, reinado das estrelas, do sol e da lua; a terra, lugar habitado pelos seres vivos, e o subterrâneo, onde fica a Cidade dos Mortos, lugar em que uma jovem Madja morta, grávida de seis meses, deveria estar a algumas semanas, mas insistia em permanecer no convívio da comunidade, aparecendo à noite nas casas e andando pela comunidade como uma brisa gelada. Algumas aldeias já foram abandonadas pelos Madja por conta de almas insistentes em permanecer no plano do meio, ou seja, entre o céu e as profundezas. O pajé dirigiu-se à Cidade dos Mortos para evitar que a comunidade fosse desfeita e de lá regressaria para um ritual que teria início já com o céu salpicado de estrelas e lua alta; a alma da jovem precisava partir para o outro mundo Madja. Ninguém vivia em paz com uma morte interminável, a assombrar o cotidiano da aldeia. O ritual, portanto, mobilizou todos os indígenas da comunidade e nos fez perceber que assim que a noite caísse sobre nossas cabeças, elas deveriam estar fora da aldeia.

Quando o barco aportou na praia natural da aldeia Santa Júlia, deixada pela vazante do rio Purus, formando também um dos inúmeros barrancos de acesso às aldeias, faltavam alguns meses para as arraias surgirem nas águas do Purus. Assim, o banho pôde ser tomado dentro do rio, naquele fim de tarde, e não com balde na popa da embarcação como nos dias anteriores. Será que o pajé retornaria da mata? Durante cerca de uma hora

não se ouviu nenhuma voz vinda da aldeia. A cantoria ritualística começou em indecifráveis refrões com a noite densa. No início era apenas o pajé; na sequência entraram as crianças e as mulheres. A voz iam numa crescente, aumentando de intensidade de forma compassada. As vibrações reverberaram pela floresta, a mata se arrepiava com o vento frio que aos poucos trouxe nuvens mais escuras que a própria noite. Porcos e vacas, animais estranhos ao convívio dos seres da floresta, desceram o barranco e na praia só pararam por conta das águas do Purus, que corriam com mais força e lançavam troncos, como flechas, contra os cascos das embarcações ancoradas. As vozes seguiram em intensa cantoria. Depois veio a chuva.

Na manhã seguinte as notícias eram de que o ritual não dera o resultado esperado. Outras noites com rituais como aquele deveriam ocorrer. Enquanto o barco se afastava da aldeia, a possibilidade da alma da jovem não ir para a tal Cidade dos Mortos gerava inquietações. Seria o fim da aldeia Santa Júlia e o início de mais uma migração da comunidade dentro do território ou de dezenas de Madja em Manoel Urbano ou Santa Rosa do Purus, municípios das extremidades do rio em terras acreanas – apesar dos Madja serem mais reservados ao convívio com a sociedade envolvente. Talvez eles até se deslocassem para outras aldeias, mas na Terra Indígena do Alto Purus a morte espregueira entre as fissuras provocadas no convívio dos indígenas por mais de um



século de violências, invasões, esbulhos e a pouca atenção do Estado Nacional às consequências deste processo – mesmo depois da Constituição de 1988.

Desassistência: uma forma de intervenção

A morte da Madja grávida começou com uma surdez. Depois a jovem indígena perdeu a fala, a coordenação dos movimentos do corpo e a força. Morreu de forma gradual, em poucos dias, e a comunidade a enterrou sem levá-la para a cidade. A jovem não passou por autópsia e tampouco por acompanhamentos em sua gravidez. Nem pelos médicos do Polo Base de Saúde, da Secretaria especial de Saúde Indígena (Sesai), órgão do Ministério da Saúde, ao menos pelas parteiras existentes nas aldeias do Purus. Porém, o número de indígenas que cuidam das mulheres durante a gravidez e no parto tem diminuído cada vez mais. As parteiras que ainda seguem com o



filtro de barro havia sido entregue aos indígenas. “Levaram (técnicos do Polo Base) há dois meses nosso rádio de comunicação para Santa Rosa, porque o equipamento quebrou. Até agora não trouxeram de volta e não temos como encaminhar um paciente mais grave”, denuncia o Agente Indígena de Saúde (AIS), Sebastião Domingos Huni Kuĩ. Em muitas aldeias ao longo do Purus rádios nunca voltaram do conserto; em outras os comunicadores funcionam, mas os indígenas têm dificuldades de encontrar os técnicos do Polo Base.

Caixa D’água vira cacimba

A aldeia Fronteira é uma das mais antigas do Purus. No geral, as comunidades indígenas se locomovem sob diversas circunstâncias às margens do rio. Crescimento populacional, questões cosmológicas, divergências internas, matrimônios. Tal peculiaridade é uma dentre as várias não observadas pelo Poder Público, seja o Federal ou Estadual, na execução das políticas públicas dentro da terra indígena. “Esses entulhos que o governo fez (banheiros e estruturas de concreto e ferro para sustentar caixas d’água) só trouxeram problemas: construíram as fossas ao lado da água (poço) que usamos na aldeia para beber”, se revolta Nelson Huni Kuĩ. Com o poço inutilizado, os indígenas abriram uma vertente a cerca de 2 km da faixa de moradias, floresta adentro. Para represar a água improvisaram: uma das caixas d’água transformou-se no reservatório da fonte. Por torneira retiraram a água, que carregam em baldes. O banheiro virou a prefeitura da aldeia: no lugar dos vasos sanitários, foram instaladas mesas para os secretários de governo e assessores.

“Aqui tivemos um menino que morreu de diarreia, mas estava em outra aldeia. Foi bem rápido. Perdemos a vida dessa criança sem poder fazer nada. Aqui quando não se morre de diarreia, se morre de hepatite”, declara Nelson. Para a liderança, o Polo Base está sucateado; desde estrutura a equipes de trabalho. Quanto aos banheiros, os indígenas afirmam que nunca foram consultados, pois não iriam concordar da maneira como eles foram erguidos. “Acreditamos que é necessária a constituição de políticas públicas sobre a água. O governo precisa falar conosco para saber o que precisamos. Os agentes do Ministério chegam e querem abrir um poço onde bem entendem. Aí quando abrem está seco. Nós sem equipamentos sabemos onde devem abrir”, reivindica.

Tamanho é o descaso dos organismos de saúde indígena que na aldeia Morada Nova, na subida do Purus, há sete meses a bomba usada para puxar a água do poço foi levada da comunidade por agentes da Sesai, que não a repuseram.

Eva Camilo Huni Kuĩ foi uma das vítimas da falta de água boa para o consumo na aldeia. Morreu em apenas um dia, com febre, vômito e diarreia. Tinha 1 ano de idade. “Deram soro, mas não melhorou. Cheguei a ir para o Peru comprar remédio, mas nada deu jeito”, lamenta José Arlindo Huni Kuĩ. Os anciãos da etnia lembram que no passado os grupos só se fixavam em lugares com boa qualidade de água. Com a violência crescente promovida pelos invasores das frentes de colonização, tudo mudou: “Fomos jogados para aqui (margem do rio). Agora morremos das doenças do branco e nem nossos pajés conseguem curar”, diz Arnaldo Huni Kuĩ.

Sem reparação

Enviado pelo governo federal, em fevereiro de 1861, para explorar o alto rio Purus no trecho acreano, Manoel Urbano Encarnação, que hoje em dia dá nome para a cidade do Purus na fronteira com o Amazonas, calculou uma população de 5 mil indígenas. Manoel escreveu em relatório sobre a expedição: “Planta algodão, fia e tece panos para confecção de redes e vestidos, que têm muita semelhança com os que usam os bolivianos; as mulheres usam uma simples tanga; vivem fartos, com grandes roçados. As malocas ficam no interior da mata”⁽¹⁾. Um ano mais tarde, o engenheiro João Martins da Silva Coutinho refaz a expedição com o intuito de encontrar uma saída do Purus para o rio Madeira. Descreve em seu relato a brutalidade dos exploradores do alto Purus como “maléfica sombra das bandeiras”⁽²⁾. Depois de escravizados e violentados pelas frentes de colonização, sobretudo da seringa, os indígenas do alto Purus são obrigados a transferir, a partir do final do século XIX e início do XX, as aldeias para as margens do rio e inauguram uma nova vivência para seus povos.

Elementos não faltam para justificar que a atual situação dos indígenas do Purus remonta uma longa jornada das mais arbitrarias violências. Perto do rio a exposição tornou-se maior. Todavia, os indígenas não pensam em voltar para o interior do território. O tempo passou e as novas gerações criaram relações com as margens do rio, onde plantam, pescam e se locomovem de barco entre as praias naturais. “Tomamos a água que os bichos tomam. Não pode ser assim. Isso é que mata a gente, não o lugar em que nossos antepassados decidiram viver para não morrer. Essa reparação o governo precisa nos dar também”, define o professor e vice-liderança da aldeia Nova Família, Hilário Augusto Macari Huni Kuĩ. ■

(1) KROEMER, Günter. *Cuxiuará: O Purus dos Indígenas*. Edições Loyola. São Paulo: p. 58 a 59, 1985.

(2) Idem p. 59.

A Sesai herdou da Funasa o ônus de entulhos deixados no centro do convívio indígena no decorrer do rio Purus: banheiros erguidos sem o entendimento dos modos e costumes indígenas, estruturas já enferrujadas para suportar caixas d’água nunca utilizadas e fossas mal feitas. Organizações indígenas e indigenistas alertaram o erro antes de ele ser cometido

trabalho herdado das mães e das avós pedem ajuda.

Aos 14 anos Maria do Carmo Calixto Huni Kuĩ, da aldeia 6 de Julho, passou a acompanhar a mãe nos atendimentos feitos às mulheres grávidas. Com essa idade, ajudou em um parto e nunca mais parou. Desde 2002, quando assumiu a função desempenhada pela mãe, 34 crianças chegaram ao Purus por suas mãos. Maria do Carmo explica que cada aldeia sempre teve uma parteira, mas já não é mais assim. “Tem que existir aqui nas aldeias (parteiras), porque acontece muito de crianças morrerem e as mães também. Queremos aqui porque aqui é que a comunidade pode participar. Índio tem que nascer em terra de índio. Para o branco a gente só encaminha quando não tem mais jeito”, explica.

Sem exames mais detalhados não é possível determinar a causa da morte da jovem Madja, mas Maria do Carmo salienta que as parteiras podem fazer o pré-natal e prestar toda assistência

para a indígena grávida. “A questão é que faltam os kits de acompanhamento e um local adequado para atender as pacientes. Simplesmente não existe e quero falar isso. Nunca recebi qualquer tipo de treinamento e a falta de estrutura dificulta a formação de novas parteiras”, diz. Para a indígena, as reivindicações fazem parte dos direitos reservados a mulher, “que sofrem demais com os problemas dos índios aqui no rio. Então lutamos por nossa saúde, a de nossos filhos e comunidade”, afirma.

A aldeia 6 de julho se recuperava da enchente do Purus. Os indígenas que vivem nessa comunidade passaram semanas vivendo em barcos, pois as casas ficaram submersas. Plantações de arroz, feijão, macaxeira, banana estragaram antes das águas vazarem. Não sobrou nada. As cacimbas de água também ficaram inutilizadas. Como é comum nas aldeias do Purus, dezenas de crianças não tinham onde beber água limpa e até o início de março nenhum

TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Barragens impactam povo Tumbalalá no sertão baiano

Renato Santana,
de Brasília

Cercados por grandes empreendimentos e a presença não-indígena no território de ocupação tradicional, lideranças do povo Tumbalalá reivindicam a demarcação das terras, no norte da Bahia, e denunciam os impactos gerados por décadas de construções de hidrelétricas, sendo as mais recentes atreladas ao projeto da Transposição do Rio São Francisco, caso das inúmeras barragens no correr do rio.

Os Tumbalalá vivem entre os municípios de Abaré e Curaçá e compõem uma população com cerca de 5 mil indígenas. A Fundação Nacional do Índio (Funai) os reconheceu como etnia em 2001, sendo que o relatório de identificação das terras do povo foi publicado em junho de 2009, com 44.978 mil hectares. O Ministério da Justiça ainda não publicou a Portaria Declaratória de demarcação. Enquanto isso os grandes empreendimentos avançam sobre o território.

Durante encontros com o corpo diretor da Funai, procuradores federais da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão e integrantes do Ministério da Justiça, durante o mês de abril em Brasília, os indígenas expuseram que desde a década de 1970 o território sofre com a construção de hidrelétricas no rio São Francisco. A primeira delas foi a barragem de Sobradinho, com impactos que são sentidos até hoje por conta das mudanças forçadas nos modos e costumes dos Tumbalalá.

Sobradinho foi responsável pelo fim da agricultura de subsistência, realizada na vazante do rio. As cheias no trecho do São Francisco que passa numa das pontas da terra indígena eram fundamentais para os períodos de plantações. Quando as águas baixavam, as terras das margens ficavam aptas à agricultura, pois eram adubadas pelo próprio São Francisco. Com as barragens tudo mudou: as cheias passaram a ser determinadas pela abertura das comportas.

“O rio enche conforme a barragem quer: se chove muito e a barragem está seca, eles seguram a água. Em muitas ocasiões nós plantávamos, mas perdíamos tudo com a abertura inesperada da barragem. Toda a roça ficava debaixo d’água”, explica a liderança Cícero Rumão Gomes Marinheiro Tumbalalá.

Plantava-se de forma diversificada na vazante do São Francisco: feijão, milho, batata, abóbora, cana, mandioca, jerimum, feijão de arranca. A pesca era farta, sobretudo de peixes de grande porte: surubim, dourado, pirá, curvina. Engenhos de rapadura e casas de farinha garantiam a complementação alimentar e renda.



“Tínhamos plantas específicas para os rituais que nunca mais vimos, pois nasciam nesse processo da cheia e da vazante. Os costumes mudam com essas obras. Lembro que não tínhamos açúcar, pois usávamos a garapa da cana”, lembra Cícero. A hidrelétrica de Sobradinho, no entanto, deixou consequências ainda mais graves aos indígenas.

A agricultura praticada nas vazantes alimentava toda a população sem nenhum custo, além da força de trabalho dos indígenas. Não se gastava com adubos, irrigação da terra, já úmida pelas águas do Velho Chico, e tampouco com venenos. As plantações eram orgânicas. Sem as cheias, os cultivos tiveram que migrar para o interior. Longe do rio, a agricultura só é possível com irrigação, adubos e agrotóxicos. Planta quem tem capital e poluindo a terra e os riachos com o veneno utilizado. Engenhos de rapadura e casas de farinhas foram fechados.

Assentamento e poluição

Na década de 1980, cerca de dez anos depois do início do barramento de Sobradinho, a hidrelétrica de Itaparica foi construída no rio São Francisco. A barragem impactou a vida dos indígenas, apesar de afastada das terras Tumbalalá, porque a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), responsável pela obra, assentou os desabrigados das áreas alagadas no território.

“Como lá eles fazem plantações com agrotóxicos, matam plantas, peixes e inutilizam as águas de riachos. Nunca que precisou de carro pipa por ali e agora precisa, porque as águas estão poluídas e os rios temporários não duram o ano inteiro”, explica José Augusto Alves de Santana Tumbalalá.

Os assentamentos ocuparam grande parte da mata do povo indígena. Conforme as lideranças, os rituais, as caças e a medicina tradicional sofreram prejuízos. A restrição da ocupação do território fez com que os indígenas se concentrassem

às margens do rio e o resto do território acabou dividido entre assentados, posseiros e fazendeiros.

Duas outras hidrelétricas estão em andamento no rio São Francisco: Pedra Branca - dentro do território Tumbalalá - e Riacho Seco - acima do território, mas com impactos nas águas do rio que chegam até a aldeia. As barragens fazem parte do projeto de Transposição do rio São Francisco, que traz consigo também as drogas, doenças, alcoolismo e demais impactos com a presença massiva de não-indígenas.

Fome: a nova realidade

“Tem ribeirão passando fome morando na beira do rio, que está cada vez mais fraco. Nunca que isso acontecia antes. Enquanto fazem um grande projeto para beneficiar uns, outros que vivem do rio há séculos morrem. A transposição é para os grandes latifundiários e empresários”, se revolta Miguel Marcolino Barbalho Tumbalalá.

As lideranças explicam que ninguém na comunidade teve casa bonita, com todos os confortos, e carro na porta, porém, comida, água e trabalho nunca faltaram. Agora indígenas e ribeirinhos seguem não tendo casa bonita e conforto, mas perderam o essencial que tinham: comida, água e trabalho.

“Vimos reivindicar a Portaria Declaratória de demarcação do território, indenização e extrusão dos não-indios. Estamos com a expectativa de que aconteça alguma coisa boa, incluindo a não construção dessas usinas. O problema é que com a PEC 215 nós não estamos animados”, analisa Cícero Tumbalalá.

A PEC 215 é uma proposta da bancada ruralista da Câmara Federal que visa tirar do Executivo e levar para o Legislativo a demarcação e homologação de terras indígenas. Para os Tumbalalá, caso a PEC entre em vigor, só serão demarcadas terras de acordo com os interesses dos latifundiários. ■

ÑANDE GUARANI

um olhar sobre o direito violado

Renato Santana
Editor do Porantim

A ideia de um filme surgiu durante audiência pública realizada pelo Ministério Público Federal (MPF) sobre a situação do povo Guarani, habitantes de uma região que abrange Argentina, Brasil, Paraguai e Bolívia. O resultado é o documentário Ñande Guarani, que busca retratar as lutas desse Grande Povo pelos direitos enquanto sociedade culturalmente diferenciada.

Sem dúvida, a contribuição é especial: temos à disposição um filme que parte da análise de autoridades públicas sobre as violações impetradas contra o povo Guarani e a resistência diária desses indígenas num território de ocupação tradicional dilapidado por fronteiras sob o peso de uma história de massacres.

Executado com o apoio e assessoria da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão da Procuradoria Geral da República (PGR), tem direção de André Luiz da Cunha e produção da Fundação Padre Anchieta, com o apoio dos ministérios públicos do Paraguai e Argentina.



Ñande Guarani
Brasília, 2012

Direção: André Luiz da Cunha
Produção: Fundação Padre Anchieta
Apoio: 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, PGR
Duração: 76 minutos

Indígenas Tumbalalá durante retomada de área no sertão baiano. Reconhecidos em 2001 pela Funai, lutam agora pela publicação da Portaria Declaratória, posto que o relatório de demarcação já foi concluído

WAIMIRI-ATROARI O MASSACRE DA DITADURA MILITAR - PARTE II

Por que kamña matou kiña?

Egydio Schwade⁽¹⁾

Casa da Cultura do Urubuí (AM)

Em junho de 1985, sentado na calçada em frente ao prédio da Fundação Nacional do Índio (Funai), em Brasília, em companhia de dois Waimiri-Atroari ou Kiña, um deles me perguntou à queima-roupa: “O que é que civilizado joga de avião e que queima o corpo da gente por dentro?”.

Em aula, tão logo tiveram confiança em nós, Doroti⁽²⁾ e eu, semelhantes perguntas se sucediam: “Por que Kamña (civilizado) matou Kiña?”; “O que é que Kamña jogou do avião e matou Kiña?”; “Kamña jogou kawuni (de cima, de avião), igual a pó que queimou garganta e Kiña morreu logo, Apiyemeyekî - Por quê?”. Procurávamos, inicialmente, furtar-nos à curiosidade sobre essas questões, sabedores da susceptibilidade dos agentes da Funai e das Forças Armadas, únicos responsáveis pelo destino deste povo.

Um texto de Damxiri dizia: “Apapeme yinpa Wanakta yimata” - meu pai me abandonou no caminho da aldeia de Wanakta. A frase, discutida em aula, nos levou para a seguinte história: um dia a aldeia de Yanumá, pai de Damxiri, nosso aluno da escola Yawara, foi atacada por kamña (civilizado). Yanumá procurou reter o ataque, enquanto mulheres e crianças fugiam pelo varadouro, que conduzia à aldeia de Wanakta, localizada no Alto Rio Camanaú. Mortalmente ferido, Yanumá ainda conseguiu alcançar a mulher e os filhos. Sentindo-se desfalecer, recomendou à mulher que se refugiassem na aldeia de Wanakta, um líder descrito por eles como: “Wanakta karanî, xuiyá, todapra” - Wanakta, um homem bom, bonito e gordo.

Sua aldeia estava situada numa região bem fora do roteiro da estrada e dos rios navegáveis. Possivelmente nunca foi vista pelos militares, tendo sido uma das únicas que não foi atingida pela violência praticada pelos militares. As 31 pessoas que compunham a comunidade Yawara, onde desenvolvemos o nosso trabalho, eram sobreviventes de quatro aldeias localizadas à margem direita do rio Alalaú, desaparecidas entre 1970 e 1975. A pessoa mais velha tinha em torno de 40 anos. As demais, acima de dez anos, eram órfãs, com exceção de duas irmãs cuja mãe ainda vivia. Seus pais morreram na resistência contra a rodovia BR-174. As crianças de 4 a 10 anos também eram órfãs. Seus pais morreram de sarampo



em 1981, abandonados pela Funai à beira da BR-174, no Km 292.

Na medida em que a confiança da comunidade crescia já não éramos apenas professores, mas pessoas envolvidas com o seu desejo de viver. Questionaram a razão pela qual kamña matou os seus pais, parentes e amigos. Desenhavam cenas de violência. Avião ou helicóptero sobrevoando a aldeia, soldados atirando escondidos atrás de árvores e na única frase ao lado, muitas vezes se destacava essa pergunta: “apiyemeyekî” - por quê?

Algumas vezes relacionaram os mortos. Panaxi, um jovem pai, descreveu o seguinte episódio que vivenciou no início dos anos 1970 com seus pais, irmãos, parentes e amigos numa aldeia nas proximidades do baixo Alalaú: “Antigamente não tinha doença. Kiña estava com saúde. Olha civilizado aí! Olha civilizado ali! Lá! Acolá! Civilizado escondido atrás do toco-de-pau! Civilizado matou Maxi. Civilizado matou Sere. Civilizado matou Podanî. Civilizado matou Mani. Civilizado matou Akamamî. Civilizado matou Priwixi. Civilizado matou Txire. Civilizado matou Tarpiya. Com bomba. Escondido atrás do toco-de-pau!”.

Yaba escreveu: “Kamña mudîtaka notpa, apapa damemohpa” - civilizado desceu de helicóptero na minha casa, aí meu pai morreu; “Ayakinî damemohpa.

Apiyemeyekî” - minha irmã morreu. Por quê?

Abaixo, outra relação de mortos: na Mahña mudî - aldeia do rio Mahña, Alto Alalaú - Mawé, Xiwyá, mãe de Rosa, Mayede, marido de Wada, Eriwixi, Waiba, Samyamî, mãe de Xere e Pikibda. Morreu ainda pequena (pitxenme), filha de Wada. Maderê, mulher de Elsa. Wairá, mulher de Amiko que mora no Jara, Pautxi, marido de Woxkî que mora no Jará. Arpaxi, marido de Sidé que mora no Alalaú, Wepîni, filho de Elsa. Kixii e seu marido Mayká, Paruwá, pai de Ida. Waheri, irmã de Wome e mais outra irmã de Wome. Suá, pai de Warkaxi e suas duas esposas e um filho, Kwida. Wara'ye - pai de Comprido. Tarahña, pai de Paulinho. Ida, mãe de Mayedê. Morreu ainda uma mulher velha cujo nome não relacionaram. A filha de Sabe, que mora no Mrebsna Mudî, dois tios de Mário Paruwé, o pai de Womé e uma filha de Antônio.

Kramna Mudî era uma aldeia Kiña que se localizava na margem Oeste da BR-174, no Baixo rio Alalaú, próximo ao local conhecido como Travessia sobre a Umá, um “varadouro interétnico” que atravessava o território Waimiri-Atroari de Sul a Norte, para interligar com os Wai Wai e outros povos Karib na Guiana e no Suriname. No final de setembro de 1974, Kramna Mudî acolhia o povo Kiña para

uma festa tradicional. Visitantes do Camanaú e do Baixo Alalaú já estavam lá. O pessoal das aldeias do Norte ainda estava a caminho. A festa já estava começando com muita gente reunida. Pelo meio dia um ronco de avião se aproxima. O pessoal sai das malocas para ver. A criançada se concentra no pátio. O avião derramou um pó e todos morreram, menos um. O tuxaua Comprido estava a caminho. Vinha do Norte com a sua gente. Chegando perto estranharam o silêncio. Aldeia em festa sempre está cheia de algazarra. Ao se aproximarem encontraram todos mortos, menos um. Morreram sem um sinal de violência no corpo. Dentro da maloca, nos girais, grande quantidade de carne moqueada, mostrando que tudo estava preparado para acolher muita gente. O sobrevivente só se recordava do barulho do avião passando por cima da aldeia e do pó que caía. Os Kiña forneceram uma relação de 33 parentes mortos neste massacre.

Contaram-nos que Comprido, ao ver os parentes mortos pelo chão, revoltou-se muito. Antes de voltarem para as suas malocas, provavelmente no dia 30 de setembro de 1974 à tarde, um grupo de Kiña atacou três funcionários da Funai, João Dionísio do Norte, Paulo Ramos e Luiz Pereira Braga, que subiam o rio Alalaú para abastecerem o Posto Alalaú II. Mataram os três e jogaram os corpos na altura da Travessia, local onde a Umá (varadouro) atravessa o Alalaú, aproximadamente a seis quilômetros da aldeia chacinada. No dia seguinte, o tuxaua Comprido atacou o Posto Alalaú II, a 500 metros da ponte do Rio Alalaú, então, o ponto mais avançado da BR-174. ■

⁽¹⁾ Egydio foi um dos fundadores do Cimi e primeiro secretário executivo da entidade, em 1972.

⁽²⁾ Doroti Alice Müller Schwade, missionária do Cimi e indigenista, chegou à Amazônia na década de 1970. Atuou por lá durante quase quatro décadas, até a morte, em 3 de dezembro de 2010.

Nas imagens, a construção da BR-174 e os sobreviventes do massacre. Em depoimentos espontâneos e desenho durante aulas, os Waimiri (Kiña) relataram o massacre impetrado pela ditadura militar a Egydio Schwade e Doroti Alice Müller

Cimi 40 anos

CELEBRANDO A MEMÓRIA, CONSTRUINDO O FUTURO

Egon Heck
Missionário do Cimi

Dom Sigoud se esmera em secretariar o que parecia ser apenas mais um encontro de missionários descontentes e bispos preocupados com a realidade e perspectivas para os povos indígenas do país. É abril de 1972. Dom Pedro Casaldáliga, Dom Tomás Balduino, Dom Ivo Lorscheiter, dentre outros, lá estavam oferecendo contribuições a partir de suas práticas e sonhos.

Prevaleceu a sugestão da formação de uma assessoria mais específica e permanente através da constituição do Conselho Indigenista Missionário, o Cimi. Porém a realidade e audácia lúcida de alguns companheiros, fez com que os rumos e consolidação do Cimi se desse na dimensão de uma mística missionária militante, que fez com que se tornasse o importante referencial para as lutas dos povos indígenas e mudança de mentalidade na sociedade e Igreja nestes 40 anos.

Queremos fazer nossa convocação para que venham todos conosco recuperar essa memória perigosa, celebrar o caminho percorrido, os mártires indígenas e missionários, alimentar nossa mística e continuar a luta, sonhos e utopia.

Para começar essa série de contribuições, nada melhor que as reflexões e testemunho de Dom Tomás e Dom Pedro, que durante esses quarenta anos foram e continuam sendo nossas vozes proféticas, testemunhos lúcidos e luzes na caminhada.

Madrugada. Os *farracoco* acabam de prender Jesus. Dom Tomás, bispo emérito de Goiás, ex-presidente do Cimi e da Comissão Pastoral pela Terra (CPT), faz sua fala diante da multidão reunida ao lado da Igreja São Francisco, em Goiás Velho (GO). Fala dos malefícios do atual modelo de produção do agronegócio baseado na absurda utilização de agrotóxicos e nas sementes transgênicas.

Em meio à multidão, uma senhora se volta para a vizinha ao lado e dispara: “Olha o que está dizendo esse danado. Será que não tem um pistoleiro para dar um tiro nele?!”. Estamos na Semana Santa de 2012. Poderia ser a semana santa de 1972, quando o Cimi foi criado - ou em tantas outras semanas marcadas pelo martírio de membros do Cimi e dos povos indígenas.

O cenário e o comentário não são novos. Dom Tomás tem mais de meio século de atuação e compromisso com os povos indígenas e na luta pela terra e justiça. Dom Tomás foi o primeiro presidente do Cimi eleito em assembleia, em 1975, e por duas vezes ocupou a vice-presidência da organização.

Por isso é símbolo da luta, que começou na recepção e apoio às Irmãzinhas de Foucauld, na sua chegada aos Tapirapé, em 1952, no Mato Grosso, até o momento atual. Prestes a completar seus 90 anos de existência, ele é um lutador incansável pelos direitos dos povos indígenas, dos camponeses, dos sem terra, das populações tradicionais e dos injustiçados e marginalizados deste sistema.

Com relação ao Cimi, Dom Tomás relembra: “O Cimi nasceu sob o signo do conflito. Primeiro o conflito dentro da própria igreja e depois o conflito com a própria sociedade. Isso porque os missionários passaram a apoiar os índios nas suas reivindicações de terra, de autodeterminação e possibilidade de tomarem a palavra e decidir e participar, não apenas como elemento folclórico, excluído, confinado ou reduzido”.

E segue aprofundando análise na relação do Cimi com a igreja e sociedade: “Essa é a origem e grandeza do Cimi, que apesar de todos os problemas trazidos para o centro da igreja e todos os problemas criados na sociedade por causa do protagonismo dos povos indígenas, que passaram a assumir suas exigências. Isso perturbou e muita coisa aconteceu nesse país. Os últimos, aqueles que estavam marcados para morrer, assumem o protagonismo sócio-político e econômico”.



DOM PEDRO: coragem,

PRINCIPAIS TRECHOS DO DEPOIMENTO:

Fomos à casa de Marlene para encontrar com Dom Pedro Casaldáliga, em Goiânia. Não apenas estávamos ansiosos e felizes por poder estar frente a uma das expressões mais lúcidas do profetismo, militância e mística do século 21 na América Abya Yala, mas por estarmos incumbidos da missão de registrar uma vez mais a voz e o testemunho de Dom Pedro sobre os 40 anos do Cimi. Subitamente ele chega, ajudado por um de seus colaboradores, sorridente, agarrado pelo Mal Parkinson, com a voz trêmula diz: “Está tudo bem comigo. Afora o parkinson, que está em tudo, tudo está bem”.

Dom Pedro Casaldáliga, um dos idealizadores, lutador incansável, apoiador permanente e esperançoso do Cimi, em sua mensagem ao congresso dos 30 anos da entidade, repetia que: “Somos soldados derrotados de uma causa invencível”.

Abril de 1972: coragem, inspiração e fidelidade. O Cimi já era contestado pelas forças reacionárias ou tradicionalistas.

O Cimi e a CPT têm sido, concretamente no Brasil, principalmente no continente da América Latina, pastorais de fronteira, pastorais proféticas, pastorais do arrisco. É bom sempre recordar nas assembleias do Cimi e da CPT. Não se tratam de pastorais específicas, que não podem seguir módulos das tradicionais pastorais. Aliás, todas as pastorais deveriam se renovar e responder aos sinais dos tempos de outros modos.

O Cimi foi uma resposta aos sinais dos tempos. Um dos sinais era a reunião de antropólogos em Barbados, no Caribe. Darcy Ribeiro estava lá também e cobrava dos missionários católicos uma nova e diferente evangelização. O Cimi se viu no desafio de mudar radicalmente o modo de evangelização. Mas de fazer evangelização nova. Já desde o primeiro momento teve o respaldo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Dom Tomás Balduino discursa em protesto indígena na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, e Dom Pedro com crianças indígenas no Mato Grosso: vidas dedicadas aos oprimidos



QUERIDO E MALTRATADO CIMI

É hora de celebrarmos teus 40 anos, querido e maltratado Cimi, criatura de Deus dos pequenos, sacramento da alteridade respeitada, Evangelho inculturado. Nascestes discreto, inseguro ainda, como rebento marginal, como um toquinho verde do Resto. Possibilitaste as assembleias de chefes, para o reencontro das raízes. Agitaste a igreja e a sociedade, anestesiados por séculos de etnocentrismo, de colonialismo e de integração.

Por ti a “utopia cativa” desabrochou e o Y—Juca Pirama (aquele que por decreto genocida deve morrer) está vivo e resolveu crescer e ser ele e dar vida outra, e ajudar a criar um Céu Novo e uma Nova Igreja, uma Terra Nova e uma Nova Sociedade.

Por tudo isso e muito mais, querido Cimi maltratado, apesar do sistema excludor das diferenças e alternativas é hora de celebrar mesmo esse jubileu de barro cozido e de sangue militante de teus 40 anos tão pascais!

Bem verdade, porém, que também é hora, jovem velho renovado Cimi, de sacudir, de re-alistar e re-inventar a utopia cativa, de cotidianizar a causa, de ser aliança mais eficaz das novas reivindicações dos Povos Indígenas, do Brasil e do continente.

Para a glória do Deus de todos os nomes cúmplices dos hapirus das tribos índias e para ressurreição esperançosa de Nossa Abyia Yala.

Dom Pedro Casaldàliga

Nas fotos, a partir da página 14, Marçal Tupã (segurando uma cuia de chimarrão) e o poeta Pedro Tierra (com uma criança no colo) em encontro do Cimi, nos anos 1970. Abaixo, da esquerda para a direita, indígenas em uma das inovadoras Assembleias de Lideranças e grupos de Kayapó e Xukuru do Ororubá durante a Constituinte, em 1987

Foto: Antônio Carlos Moura/Arquivo Cimi



inspiração e fidelidade

Dom Ivo Lorscheiter era o secretário-geral da CNBB. Estava tramitando, no Congresso Nacional, o Estatuto do Índio. Pediu a um grupo de missionários encontro na fundação no Instituto Antrophos, em Brasília. O secretário das atas da fundação foi monsenhor Sigoud, que depois me denunciou como comunista. Por certo que eu escrevi para ele. Como resposta eu recebi um cartão carinhoso, com ele pedindo desculpas.

O Cimi nascia então num ambiente quente: sonhador, utópico, de pós Concílio Vaticano II (1962-1965). Agora incomodava porque cobrava. Muitos bispos de várias dioceses ou prelaças nem sabiam que tinham índios no seu espaço hierárquico. Discutia-se não apenas o modo de evangelização, mas se deveríamos evangelizar. E não discutia isso o Cimi, discutia isso um grupo de antropólogos, de políticos, de pensadores, de intelectuais que, cansados de ver as consequências de uma colonização supostamente evangelizadora, pediam que de uma vez por todas a igreja se retirasse.

Desde o primeiro momento, o Cimi encontrou outras igrejas nas áreas.

Aprendemos a dialogar ecumenicamente. O Cimi é nesse sentido também uma pastoral de fronteira, agora reconhecida, abençoada. Algumas figuras deram o testemunho com o próprio sangue. A característica material do Cimi é mais do que evidente: se poderia dizer que o Cimi deu, sobretudo, o sangue, mais do que palavras, mais do que gestos. Foi e é uma pastoral de testemunhas.

Não se pode fazer uma pastoral esquecendo as outras pastorais. O Cimi e a CPT estão em cheio na pastoral da mulher marginalizada, na pastoral da criança, na pastoral da saúde, na pastoral da educação. Um aspecto que muitas vezes tem sido criticado é de que oramos pouco. O pessoal não é espiritualista. Preocupamos-nos muito com os problemas de terra, problemas técnicos e problemas de língua.

O Papa, o Cimi e os índios

O próprio Papa Bento XVI perguntava se os índios da Prelazia de São Gabriel eram todos católicos e se confessavam. Em uma das visitas *ad limina*, o Papa perguntou se os índios sabiam escrever. Gente da igreja do Brasil não tem noção da situação dos índios e não se distingue

os vários estágios dessa situação, quando ela se revela de alguma forma.

Se é uma missão de fronteira, a pastoral do Cimi é também uma missão muito realista, que deve, inclusive, cada vez mais aproveitar a contribuição das ciências antropológicas, das ciências sociais e que deve procurar assessoria técnica, alta assessoria e cada vez mais com a participação protagonista dos próprios povos indígenas.

Agora se deve reconhecer, depois de anos de dificuldade, de aproximação, que praticamente todas as lideranças indígenas destacadas no Brasil reconhecem o trabalho do Cimi e até pedem colaboração. Uma contribuição importante do Cimi é para a Ameríndia. Dioceses e prelaças de ‘Nossa América’ têm se aproveitado da presença dos trabalhos, do testemunho do Cimi. Isso tem sido essencial para a continuidade da vida de nossas causas.

Eu digo sempre que o continente ameríndio, Nossa América, como diziam os libertadores, só se salvará se todos se salvarem. Não pode ser os países isolados, cada um por conta esquecendo que somos uma mesma história de massacre e colonizações, mas também de levante, criatividade e resistência. Somos uma

série de países formando uma pátria superior.

A esperança não pode faltar

O princípio de todos os horizontes, de todos os caminhos é a esperança. Chegamos ao cansaço, à decepção. Sentimos que a força dentro da própria igreja não colabora; às vezes, o próprio trabalho nos angustia. Achamos que os índios não deveriam entrar tão precipitadamente na cultura moderna, no consumismo. Falta-nos um pouco de compreensão, um pouco de paciência histórica e um pouco de confiança no futuro.

A palavra é esperança. Pode falhar tudo, mas a esperança não falha. Uma esperança creditada com a prática, com a conduta, com as ações não pode ser uma esperança fútil. Esmeramos-nos nas utopias realizáveis. Como dizia um soldado espanhol, somos soldados derrotados de uma causa invencível.

Poderá falhar tudo, mas essa causa não falha, a causa é o Reino de Deus. Esse Reino de Deus que é indígena, que é negro, que é camponês, que é latino americano, que é asiático. O Reino de Deus que é o sonho de Deus para o universo inteiro. ■

Semana dos Povos Indígenas 2012



Terra livre, águas puras, florestas sagradas: fonte de saúde



Saúde só é possível com posse da terra, águas puras e florestas sagradas

Cleber C. Buzatto
Secretário executivo do Cimi

Saúde indígena. Nos últimos tempos, o tema remete a mortes por trágicas epidemias, abandono, falta de medicamentos, protestos, ocupações de prédios públicos do Ministério da Saúde. A completa desassistência do governo federal, porém, vai além e afeta outros aspectos essenciais para a constituição de comunidades saudáveis e plenas de Bem Viver; exige demarcação de terras, preservação das águas e das florestas sagradas. Para o índio, doença não é só individual, mas coletiva: adoce longe da Mãe Terra ou quando ela é agredida.

Há muito que os integrantes do Cimi observam, constata e denuncia tal quadro em ações missionárias nos rincões do país. Desse modo, o Cimi definiu como tema da Semana dos Povos Indígenas 2012: *Terra Livre, águas puras,*

florestas sagradas: fonte de saúde. O entendimento parte de que, em primeiro lugar, cada povo indígena possui uma concepção própria de saúde. A unidade está numa lógica própria, que como em muitas outras culturas se difere da praticada pelo Ocidente. Sendo assim, para os indígenas o corpo vive em harmonia com o meio ambiente e social: quando eles são prejudicados, a saúde individual sofre as consequências.

Com a ação depredatória e invasora da sociedade envolvente sobre as terras indígenas, esses meios são afetados de forma substancial. As doenças do *branco* dizimam os indígenas, que ainda não desenvolveram em suas formas de medicina remédios contra as hepatites, que apenas na Terra Indígena Vale do Javari, estado do Amazonas, nos últimos anos foi responsável pelo decréscimo de 8% da população indígena. No estado do Acre, apenas entre os povos indígenas Madja e Huni Ku[], que vivem

às margens do rio Purus, 24 crianças morreram de diarreia entre o final de 2011 e início deste ano. Até o momento tais números não serviram para ações de mais vulto do governo federal.

Desde o início deste ano, mobilizações ocorrem pelo país. No Sul, estradas são fechadas; no Norte e Centro Oeste, prédios da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) são ocupados; em Brasília, delegações indígenas intensificam ações. Porém, o Ministério Público Federal (MPF) tem agido e cobrado resoluções para o caos nas Casas de Saúde e Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI), lugares que deveriam trazer vida, mas levam os indígenas à morte pela falta de medicamentos, equipe médica, visitas às aldeias e saneamento básico, problemas vistos em todo país. O quadro chega a tamanha gravidade que em 2010 das 200 crianças nascidas na Terra Indígena Parabubure, do povo Xavante, Mato Grosso, 60 morreram. No

Rio Grande do Sul, indígenas Guarani Mbyá vivem em tubulações de esgoto, bebendo das águas contaminadas pelos agrotóxicos das plantações de arroz, às margens das rodovias.

Denunciar é o primeiro passo para se atingir o objetivo maior da Semana dos Povos Indígenas, que pretende durar o ano inteiro: sensibilizar as autoridades a tomarem medidas concretas, saindo do imobilismo que condena à morte os indígenas. Exigimos o cumprimento das leis e a garantia do direito à vida, envolvendo a demarcação de terras e proteção ao meio ambiente. Trata-se, portanto, de um grave crime de Direitos Humanos que o Cimi denuncia. Refletir a questão da saúde indígena, de forma ampla, tanto em pontos estruturantes do atendimento como cosmológicos, perspectivas que se coadunam, é o que propomos e, para isso, trazemos conosco os povos indígenas em mais essa jornada. ■

APOIADORES

caritas



PORANTIM